

**CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO**

**EDITAL N.º 75 /2014**

**JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES, PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE AVEIRO:**

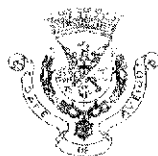
Faz público, que por seu despacho de 7 de novembro de 2013, foram delegadas e subdelegadas competências na Chefe de Divisão Jurídica, Telma Vidal Peireira, que por lapso só agora se publicitam.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Aveiro, 28 de novembro de 2014,

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

  
(José Agostinho Ribau Esteves, eng.º)



## CERTIDÃO

ISABEL MARIA REIS FERNANDES, funcionária desta Câmara Municipal de Aveiro:

**CERTIFICO** que afixei hoje, nos lugares públicos do costume, um exemplar do **Edital N° 75/2014** que antecede, o qual é composto por 2 páginas.

Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Entidade.

Aveiro, 2 de Dezembro de 2014

A funcionária,

Isabel Fernandes



Câmara Municipal de Aveiro

**DESPACHO**  
**DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – 2013/2017**  
**(DIVISÃO JURÍDICA)**

Ao abrigo das competências próprias que me estão legalmente atribuídas, das que me foram delegadas pela Câmara Municipal de Aveiro e considerando as competências genéricas atribuídas aos titulares de cargos dirigentes, pelo artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e a possibilidade de delegação e de subdelegação, previstas no artigo 5.º do mesmo diploma e atentas as atribuições específicas que incumbem à Divisão Jurídica, tal como resultam do artigo 5.º da Estrutura Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro (publicada pelo Despacho n.º 2318/2013, na 2.ª Série do DR, n.º 28 de 08.02.2013), e, ainda, considerando o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego/subdelego na Ex.ma Sr.ª Chefe da Divisão Jurídica, **Dr.ª Telma Vidal Pereira**, as seguintes competências:

1. Órgão de execução fiscal, designada em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da supracitada Estrutura Flexível, com as competências legalmente atribuídas a este, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 7.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua atual redação) e do artigo 62.º da Lei Geral Tributária (aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação), com exceção do deferimento das dações em pagamento e pagamentos em prestações;
2. Enviar para o Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme previsão da alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do mesmo diploma;
3. Determinar a instrução de processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor, nos termos do previsto na alínea l) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
5. Designar os licenciados em direito, ao abrigo do CPTA, para representarem o Município nas ações a correrem termos nos Tribunais Administrativos e Fiscais;
6. Oficial Público, para lavrar todos os contratos nos termos da lei, sendo substituída nas faltas, ausências e impedimentos, pelas trabalhadoras Ana Cristina Mendes Ribeiro Tejo e Marta Isabel Pereira Abrunheiro, Assistentes Técnicas, ambas afetas ao Serviço de Notariado da Divisão Jurídica;





*Câmara Municipal de Aveiro*

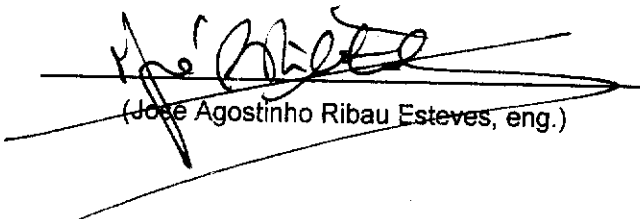
7. Notária Privativa da Câmara Municipal de Aveiro, ao abrigo da al. a) do n.º 2 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
8. Praticar todos os atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante/subdelegante, nos termos do previsto na alínea m) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Afixe-se, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação).

Aveiro, 07 de novembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

  
(José Agostinho Ribau Esteves, eng.)

